

RESENHA

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO – NOVAS CONTRIBUIÇÕES:
PARA ALÉM DO ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA**

ANTUNES, Janaína Silva Costa
janaina.antunes8@gmail.com

MILANEZI, Cynthia Nunes
cnmilanezi@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

O Processo de Alfabetização – Novas Contribuições é uma obra de Cláudia Maria Mendes Gontijo, renomada pesquisadora e docente da Universidade Federal do Espírito Santo, Doutora pela Universidade Federal de Campinas e Pós Doutoranda pela *University of California*, nos Estados Unidos.

Gontijo (2002) relata que a proposta do estudo foi recuperar a historicidade do processo de alfabetização, pois, de acordo com Bakhtin (apud GONTIJO, 2002, p. 01), “[...] penetrar no mundo da linguagem escrita é penetrar no mundo da cultura, no interior das relações sociais existentes, porque a língua é material e instrumento de si mesma, produzida na interação social”.

No capítulo 1, intitulado *Diferentes olhares sobre o processo de desenvolvimento da escrita na criança*, Gontijo (2002) nos fala sobre os estudos acerca da aprendizagem da leitura e da escrita de autores como Ferreiro & Teberosky, que se apoiaram numa perspectiva construtivista, e de Vigotski, Leontiev e Luria, que adotaram uma perspectiva histórico-cultural, na qual seu estudo se fundamenta. Também afirma que o objetivo da pesquisa foi analisar o processo de apropriação da linguagem escrita pelas crianças, *contrapondo-se* à visão de que a ocorrência de estágios e níveis de evolução da escrita na criança explica por si só a alfabetização, independentemente do contexto sócio-histórico-cultural.

No capítulo 2, a autora discorre sobre a abordagem teórico-metodológica adotada. Gontijo (2002) considera que a linguagem escrita não é apenas um sistema de sinais gráficos que servem para registrar os sons da fala humana, é também um conhecimento construído ao longo do tempo que serve de apoio a funções intelectuais, além de ser mediadora entre homens e indivíduos e as esferas mais amplas do gênero humano.

Segundo Gontijo (2002), a criança inicia um processo formativo em-si quando se apropria da linguagem, dos instrumentos e dos costumes, inserindo-se, dessa forma, no gênero humano. Ao entrar na escola, a criança inicia os processos de apropriação de objetivações genéricas para si, isto é, o processo de apropriação da escrita e leitura. Porém, o

contato com a escrita por si só não garante a apropriação desse conhecimento, pois é necessário que esteja em comunicação com outras pessoas. Essa é uma condição essencial para que as crianças se apropriem da atividade humana cristalizada na linguagem escrita.

Foi realizado um estudo de caso numa escola da rede municipal de Vitória em uma das classes iniciantes do bloco único. Foram 34 crianças participantes, das quais 24 tinham 7 anos e 10 tinham idade superior a 8 anos. O Bloco único foi implantado para minimizar os altos índices de repetência.

No capítulo 3, *Os sentidos da alfabetização*, a autora assinala que a hipótese inicial era de que os sentidos atribuídos à alfabetização não estavam associados ao seu significado social e que a escola acabava por reforçar essa dissociação. Afirma, ainda, que a pesquisa iniciou-se pela análise dos sentidos veiculados sobre a alfabetização pelas crianças, pais e responsáveis. As respostas observadas tinham em sua maioria caráter ideológico: seria importante como meio de possibilitar a realização das atividades escolares, como finalidade de se tornarem trabalhadores, como possibilidade de mobilidade social e como meio de possibilitar a solução de atividades cotidianas.

O próximo capítulo, *O papel do desenho: a imitação da atividade de leitura*, busca tratar dos processos desencadeados nas crianças após sua inserção em um contexto formal de alfabetização, no qual há a mediação de um adulto.

A hipótese, no início da pesquisa, era de que o desenho possui um papel fundamental no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Nesse primeiro momento, as tentativas da criança são de caráter imitativo e, para Vigotski, imitação não é um ato mecânico, pois a aquisição de um hábito provoca a aquisição de novas habilidades. A imitação da atividade de leitura dos adultos pela criança gera o desenvolvimento da leitura na forma como está constituída historicamente (GONTIJO, 2002).

A partir das atividades, as respostas foram agrupadas em: *os desenhos servem para serem lidos, os desenhos servem para ver e olhar, os desenhos servem para indicar o que está escrito e os desenhos servem para realizar as atividades propostas pela professora*.

Gontijo compreende que não há um ordenamento genético para a relação letras e imagem. O desenho infantil e o desenvolvimento de qualquer função psicológica superior dependem das condições sócio-históricas em que ocorre o desenvolvimento, e essas condições determinam o rumo do desenvolvimento.

No capítulo 5, *A origem dos princípios de legibilidade da escrita*, foram analisadas atividades realizadas em dois momentos do ano letivo, com o objetivo principal de analisar os princípios de variedade mínima de letras e quantidade mínima de letras como condição para a

escrita interpretável, que foram analisados por Ferreiro & Teberosky. A partir desses princípios, foram destacadas as respostas: *o escrito serve para ser lido, o escrito não serve para ser lido e o escrito serve para aprender a ler e a escrever.*

De acordo com a análise das respostas obtidas pela pesquisadora, a apropriação da escrita, na escola, não pode ser definida por meio de estágios que se desenvolvem numa linha reta e gradual, independentemente das condições sócio-históricas concretas em que se desenvolve a apropriação da leitura e da escrita, pois essas são as bases para a formação dos processos cognitivos.

Foi possível constatar, na pesquisa de Gontijo, que não são apenas os aspectos formais da escrita que determinam a legibilidade de um escrito, mas, sim, a forma como a atividade de leitura e escrita é desenvolvida na sala de aula.

Já no penúltimo capítulo, *As relações entre as letras e as unidades constituintes da linguagem oral*, foram analisados os textos produzidos pelos sujeitos envolvidos na pesquisa no início e no final do ano escolar, partindo da premissa de que os processos cognitivos desencadeados nas crianças que estão participando de um processo formal de ensino de leitura e escrita se distinguem daqueles desencadeados a partir da experiência no dia-a-dia.

A partir das produções das crianças, foram organizadas três categorias de análise: *a escrita não é um recurso para a memória, análise das unidades sonoras no plano verbal e a escrita é um recurso para a memória.*

Gontijo questiona se a apropriação das relações sons e letras é o suficiente para que a criança compreenda a sua significação social. Fica claro que não, porque não se reduz à aquisição da habilidade de análise das unidades menores das palavras e de grafar símbolos gráficos adequados a cada segmento sonoro. Como o desenvolvimento da linguagem escrita não é um processo puramente mecânico, não podemos reduzi-lo a simples aquisição de habilidades.

Ensinar a ler e a escrever é um processo de reconstrução pelo professor, junto com as crianças, das operações cognitivas que estão na base desse conhecimento. Entretanto, o ensino dessas operações precisa estar integrado à significação social da escrita. Desse modo, a educação escolar deve ser um processo que abarque, ao mesmo tempo, apropriação de operações intelectuais humanas e ações motoras que estão na base dos conhecimentos integrados a sua significação (GONTIJO, 2002).

Ao fazer as considerações finais, a autora pôde observar que os sentidos que a alfabetização tem para as crianças e para os adultos, estão desintegrados do significado social do processo de formação dos indivíduos. Constatou, ainda, que a apropriação da linguagem

escrita não tem produzido nos indivíduos, motivos que ultrapassem os limites das necessidades da vida cotidiana. Assim, os sentidos atribuídos à alfabetização não traduzem as possibilidades máximas dos indivíduos em relação ao gênero.

Recuperar a historicidade do processo de alfabetização, para Gontijo, é um desafio especialmente no contexto brasileiro atual. A alfabetização precisa ser um processo que não se restrinja à aquisição de habilidades mecânicas e que supere a reprodução de formas concretas de atividades práticas, pois deve contribuir para que sejam operadas mudanças nas formas de atividade coletiva e individual e, assim, ampliar as possibilidades de as crianças lidarem com níveis mais amplos e superiores de objetivações do gênero humano.

Todos os aspectos abordados nessa obra são de grande importância para a compreensão dos elementos que envolvem o processo de alfabetização e como vêm sendo realizadas as experiências na educação. Desse modo, traz esclarecimentos sobre um tema relevante e abre perspectivas para novos debates e novas pesquisas na área da alfabetização.

A importância desse livro, no entanto, vai além da discussão sobre o processo de apropriação da leitura e da escrita, pois nos leva também a uma análise de nosso papel enquanto cidadãos. Será que estamos assumindo o papel de sujeitos ativos nas mudanças que ocorrem no campo educacional? Temos lançado novos olhares e feito novas contribuições para a melhoria da educação em nosso país? Temos dado a devida importância ao processo de alfabetização? Esses questionamentos provocam reflexões que nos fazem querer nos movimentar em direção a uma prática mais consciente e crítica, menos cômoda e mais transformadora.